 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constitui??o Federal de 1988 trouxe como desdobramentos pol?ticas espec?ficas, principalmente no que diz respeito ? assist?ncia estatal nas ?reas de educa??o, sa?de, economia e regulariza??o de terras. Tais direitos foram se consolidando atrav?s da a??o desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicat?rias trouxeram para o cen?rio pol?tico brasileiro as demandas de garantias de direitos espec?ficos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresenta??o de pesquisas a atua??o dos agentes sociais, ind?genas, ribeirinhos, quilombolas, artes?s entre outros. As articula?es e lutas pelo reconhecimento e por afirma??o dos direitos conquistados e, ainda a fragiliza??o e amea?as aos direitos conquistados no atual contexto sociopol?tico brasileiro ser?o os objetos das discuss?es e reflex?es desse GT. O objetivo ? refletir e possibilitar discuss?es sobre as estrat?gias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirma??o de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educa??o, sa?de e a defesa dos territ?rios tradicionalmente ocupados.

Casamentos interétnicos indígenas em Manaus: trajetorias de vida e processos de territorialização

Autoria: Clayton de Souza Rodrigues

A pesquisa de doutorado em curso analisa as alianças matrimoniais e a partir delas a dinamização das redes de relações políticas dos indígenas residentes na região metropolitana de Manaus, buscando representar através de mapas situacionais suas relações matrimoniais e os seus impactos nos processos de territorialidade e territorialização. Tem como objetivo geral, refletir através de instrumentos teóricos ao campo do método genealógico e da cartografia social acerca das relações matrimoniais interétnicas dos povos indígenas residentes na região de Manaus. Como objetivos específicos: descrever etnograficamente os processos de mobilidade, territorialidade e territorialização indígenas na em Manaus; identificar os arranjos matrimoniais indígenas e sua relação com os processos de mobilidade, fixação, territorialidade, territorialização e identidade étnica e produzir mapas situacionais e genealogias junto aos povos e comunidades indígenas focos da pesquisa. Esta pesquisa se utilizará do método etnográfico (GEERTZ, 1989); (CLIFFORD, 1998); (MALINOWSKI, 1978), acompanhada de entrevistas, registros audiovisuais, depoimentos e de pesquisa em fontes documentais. Também integrará parte dos procedimentos metodológicos, a construção de genealogias à luz do método genealógico na Antropologia clássica (MORGAN, 1997); (RIVERS,

 ISBN: 978-85-87942-61-6

[1910] 2009); (LÉVI-STRAUSS, 1976; 1993; 1982; 2004; 1996), dentre outros, e debates atuais sobre apontamentos dessas teorias genealógicas na intenção de pensar os novos modelos de alianças interétnicas experimentados por vários povos indígenas que se encontram na capital do Estado do Amazonas. A reflexão sobre etnicidade pode ser ainda auxiliada nas leituras de (OLIVEIRA, 1998); (ERIKSEN, 1996); (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976); (CUNHA, 2009); (WOLF, 1998); (COHEN, 1969; 1974); (BAINES, 2009). A discussão acerca dos modelos de organização social e parentesco em diversas sociedades produziu grande gama de conhecimento sobre as variadas formas de relações de parentesco e de afinidade. Na Amazônia, ainda hoje existem grupos que apresentam modelos pouco ou quase não estabelecidos devido suas particularidades e falta de fontes primárias ou mesmo por falta de esquemas explicativos esclarecedores. No caso de casamentos em Manaus algumas questões parecem aflorar empiricamente: as alianças entre modelos de parentesco distintas nos casamentos interétnicos, o papel político das mulheres no processo político de territorialização, assim como a reflexão sobre a identidade e principalmente direitos territoriais dos povos indígenas com base nas suas formas organizativas do parentesco e das afinidades.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**